

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – ANO 2012

(Ponto 8.2 do POCAL – Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22/02, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14/09 e Decreto-Lei n.º 315/2000, de 02/12)

O presente ponto pretende explicar as notas às demonstrações financeiras, ao balanço e à demonstração de resultados não explicados nos diversos pontos do Relatório. Assim, sempre que a referida nota exista no texto do Relatório será feita apenas a respetiva remissão de forma a não repetir informação.

8.1 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1 - Identificação – Município de Constância

Ponto 2.1. do Relatório de Gestão

8.1.2 - Legislação (constituição, orgânica e funcionamento, quando aplicável)

Ponto 2.2 do Relatório de Gestão

8.1.3 - Estrutura organizacional efetiva (organograma e, quando aplicável, a indicação dos órgãos de natureza consultiva e de fiscalização).

Ponto 2.4 do Relatório de Gestão

8.1.4 - Descrição sumária das atividades

Relatório de Gestão

8.1.5 - Recursos Humanos

O Mapa de Pessoal do ano 2013 foi aprovado nos termos do disposto na Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, pelo órgão executivo em 6 de dezembro de 2012 e pelo órgão deliberativo em 28 de dezembro de 2012.

Por força do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro foi aprovada uma reestruturação dos Serviços da Câmara Municipal, tal como se encontra discriminado no Relatório.

8.1.6 - Organização contabilística

O município está sujeito ao POCAL, regime completo.

São utilizadas as aplicações específicas da AIRC (Contabilidade, Património, Gestão de Stocks, Obras por Administração Direta e Sistema de Controlo de Empreitadas) e realizados todos os níveis da contabilidade previstos no POCAL (orçamental, patrimonial e de custos).

8.1.7 - Outra informação considerada relevante

Esta informação encontra-se desenvolvida no relatório.

8.2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2.1 - Disposições do POCAL derrogadas

Não aplicável.

8.2.2 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Existe consistência contabilística entre os exercícios.

8.2.3 - Critérios valorimétricos utilizados, designadamente amortizações e provisões

Os aumentos dos bens do imobilizado foram valorizados pelo método de custo de aquisição ou de produção, sustentado em fatura ou documento equivalente, seguindo o critério utilizado em exercícios anteriores. O imobilizado para o qual se desconhecia o custo de aquisição foi objecto de avaliação por parte da Comissão de Avaliação da Autarquia.

Não foram registados trabalhos para a própria entidade.

As amortizações seguem os princípios e métodos previstos no CIBE (Portaria 671/2000, de 17/04 – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado). São efetuadas por duodécimos.

Os bens do ativo iniciaram o processo de amortização com a sua entrada em funcionamento (data de aquisição ou auto de recepção no caso das empreitadas, e após a comunicação do património).

Existem contudo um conjunto de bens (cerca de 9,8 milhões de euros de valores registados em imobilizações em curso que, o essencial entraram em funcionamento, mas em que o

processo de transferência para imobilizado firme não foi concretizado). O processo de regularização será desenvolvido em 2014.

Foram constituídas provisões para cobrança duvidosa de acordo com os critérios definidos no POCAL (100% do valor para dívidas com mais de 12 meses, 50% para dívidas entre 6 meses e 12 meses).

As existências de materiais encontram-se valorizadas pelo custo médio.

Não foi criada qualquer provisão para depreciação de existências.

Não se encontra valorizada a água para venda existente em stock (armazenada nos depósitos), embora este valor represente menos de 1 dia de consumo de água.

8.2.4 – Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira.

Não aplicável.

8.2.5 – Situações especiais que afetam o resultado do exercício

O valor do resultado líquido encontra-se influenciado pelo valor subestimado das amortizações e pelo não reconhecimento dos proveitos diferidos, dado que a maioria destes não se encontra associado aos respectivos bens. O valor subestimado das amortizações resulta, como já referido, do facto de se encontrar em balanço um valor demasiado elevado em imobilizações em curso (cerca de 9,8 milhões de euros) quando, na sua maioria, se tratam de investimentos há muito concluídos.

Também as provisões relacionadas com a cobrança duvidosa se encontram sub avaliadas uma vez que existem clientes em conta corrente que não foram oportunamente transferidos para cobrança duvidosa, não tendo sido constituída a respectiva provisão.

8.2.6 – Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento»

A conta 431 não registou qualquer movimento durante o ano 2013. Apresenta um sado de 3.409,30 €, não tendo sido regularizado o abate destes bens por se encontrarem integralmente amortizados.

Os movimentos registados na conta 432 respeitam aos seguintes registos:

N.º Inventário	Descrição	Valor
32	Alteração Delimitação da REN	8.874,45
33	Alteração Delimitação da REN	1.365,30

A conta 432 apresenta 15 bens que se encontram totalmente amortizados mas que não foram abatidos ao inventário, situação que será regularizada em 2014.

8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões

Ativo Bruto: Os elementos referidos neste ponto constam nos documentos de suporte, designadamente nos Mapas:

- Ativo bruto – Ano 2013;
- Mapa de movimentos de exercício - 2013;
- Saldos de abertura de contas – Ano 2013;
- Saldos de contas – saldos compostos - Ano 2013;
- Bens com aumentos (grandes reparações ou beneficiações)
- Bens imóveis – resumo;
- Resumo de bens por grupo homogéneo;
- Mapa síntese detalhado – viaturas;
- Bens por grupo homogéneo - viaturas;
- Mapa de bens abatidos ao inventário.

Amortizações: Os elementos referidos neste ponto constam nos documentos de suporte, designadamente nos mapas:

- Mapa de movimentos de exercício – 2013;
- Mapa de amortizações – resumo por grupo homogéneo (GH) – 2013.

Depois de encerrada a conta constatou-se que foi detetado um erro nas amortizações do Parque de Campismo que, indevidamente foi amortizado à taxa de 100%, quando a taxa a utilizar deveria ser de 4%, pelo que as amortizações estão sobreavaliadas em 457.993,00 €

8.2.8 – Cada uma das rubricas dos mapas atrás referidos deverá ser desagregada de modo que sejam evidenciadas as seguintes informações

- Indicação dos valores dos bens adquiridos em estado de uso;

Não foram adquiridos bens em estado de uso.

- Amortizações do exercício e acumuladas;

Os referidos mapas fazem parte integrante da conta.

- Alienações, transferências e abates de elementos do activo imobilizado, no exercício, devidamente justificados;

Os referidos mapas fazem parte integrante da conta.

- Participações financeiras do Município

Durante o exercício não se registaram movimentos relativos às participações financeiras do município. Porém foram efetuadas compensações financeiras para a Parque Almourol no sentido de cobrir passivos com vista a concluir o processo de liquidação da participada.

8.2.9 – Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Os juros inerentes aos empréstimos contraídos para obras edificadas não foram acrescidos aos respetivos custos de construção.

A demonstração de resultados financeiros evidencia o valor dos juros suportados no exercício com empréstimos.

8.2.10 – Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado

Não se realizaram reavaliações de bens.

Nota: O mapa de ativo bruto refere valores de reavaliação que correspondem a avaliação de bens do património (Biblioteca) que constava no inventário a valor zero.

8.2.11 – Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações

Não aplicável.

8.2.12 – Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas

As imobilizações em curso de imobilizações corpóreas, incorpóreas e de bens do domínio público, à data de 31 de Dezembro de 2013, estão divididas de acordo com as seguintes contas:

Conta	Designação	Saldo (€)
44201	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	1.788.320,49
44202	Centro Náutico de Constância	154,88
44205	Construção Laboratório Tecnopolo - Cegat	63.835,68
44208	Reforço Sist. Adutor de Constância e Montalvo - Reservatórios	253.898,77
44211	Loteamento de Aldeia de Santa Margarida	26.464,03
44216	Execução Muro e Subst. de Cobertura na Estufa Municipal	4.674,71
44221	Reabilitação Imóvel Rua Luis de Camões, N.º 7, Constância	8.591,01
44224	Centro de Ciência Viva – 2.ª Fase – Constância	2.941,51
44229	Reparação/Beneficiação da Etar de Montalvo	2.946,06
44231	Arrecadação da Escola EB 1 Dr. Godinho, em Montalvo	254,10
44232	Cemitério de Constância	28.369,28
44233	Reabilitação Imóvel sito na Rua dos Ferreiros, N.º 11, Constância	7.010,02
44235	Urbanização de Aldeia de Santa Margarida – 1.ª e 2.ª Fase	271.991,86
44236	Recuperação do Edifício da Antiga Cadeia	92.862,63
44238	Imóvel sito na Rua Luis de Camões, N.º 42/44, Constância	19.356,50
44239	Reparação / Beneficiação da Biblioteca Municipal	0,00
44240	Prédio Urbano sito na Rua Luis de Camões, N.º 1, Constância	99.136,31
44241	Reparação / Beneficiação do Posto de Turismo	1.432,01
44242	Imóvel sito na Praça Alexandre Herculano, N.º 9 - Constância	750,00
44243	Prédio Urbano sito na Rua Machado Santos, N.º 1 - Constância	69.409,27
44244	Imóvel sito na Praça Alexandre Herculano, N.º 8, Constância	13.217,16
44246	Quiosque Multimédia	2.112,05
44248	Estrado Telescópio - CCV	1.473,00
44250	WC – Cemitério de Montalvo	3.930,67
44251	Campo de Futebol Municipal	8.570,40
44254	Centro Escolar de Constância	1.537.114,03
44255	Instalações Sanitárias Públicas - Pomteze	53.627,62
44256	Centro Ciência Viva – 2.ª Fase – Instalações de Apoio	2.892,89
44257	Recuperação Jardim Horto Camoniano	24.435,80
44258	Borboletário em Santa Margarida da Coutada	462.949,47
44259	Ampliação do Cemitério de Portela	10.404,00
44260	Centro Ciência Viva – 3.ª Fase	24.795,08
44262	Remodelação do Edifício do Cine-Teatro Municipal	22.585,62

44263	Museu Quintas do Tejo - Lagar	15.488,55
44267	Requalificação da Casa Memória de Camões	35.811,63
44268	Instalações do Telescópio – CCV	30.588,61
44271	Recup. Edifício Azinhaga da Fonte, n.º 12 - Montalvo	233,70
44272	Centro Escolar de Montalvo	28.471,41
44273	CCV de Constância – Instalações do Planetário	102.292,56
44274	Espaço Zêzere- Estrutura Modular Util. Polivalente	97.021,28
44275	Museu Quintas do Tejo - Reparações	44.356,76
44276	Campo de futebol municipal – Montalvo	158.603,35
44277	Museu quintas do Tejo – reparações	39.611,88
443	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	143.288,95
44501	Imobilizações em curso de bens de domínio público	1.809.028,49
44513	POMTEZE – Rampa da Pesqueira	14.178,83
44526	Arborização da Margem Direita do Zêzere	5.687,00
44531	Recuperação da Fonte Velha - Constância	27.333,81
44532	Pomteze – 3.ª Fase	5.402,65
44533	Jardim do Chão da Feira - Constância	32.520,00
44536	Estudo de Viabilidade de um Açude em Malpique	0,00
44538	Requalificação da Rua do Cemitério – Montalvo	3.770,16
44541	Parque Infantil junto à Escola 1.º CEB - Constância	2.722,50
44544	Requalificação da EM 592 – Vale de Mestre/Aldeia	0,00
44549	Rua do Desvio, em Montalvo – Rede de Esgotos	1.815,00
44550	Emissário Esgotos Zona Exp. Constância – Etar Caima	2.415,00
44551	Rua da Cooperativa, em Montalvo	837,17
44553	Travessa das Flores, em Vale de Mestre	1.800,00
44554	Espaço Multiusos – Cabral Moncada, em Constância	3.969,15
44555	Requalificação do Parque Infantil do Chão da Feira	0,00
44556	Pavimentação Passeios Urb. Capareira e Pinhal D'El Rei	0,00
44557	Requalificação de Pavimentos em Aldeia de Santa Margarida	0,00
44558	Rede de Esgotos do Concelho – Cabeço – Montalvo	3.509,00
44559	Via ligação de Aldeia/Malpique – Req. Rua das Hortas	5.535,00
44560	Reabilitação do Tabuleiro – Ponte sobre o Rio Tejo	2.102.563,99
44561	Melhoria Conectividade entre Constância/Montalvo	66.856,93
44562	Arranjo de Aqueduto – Rua Nova da Portela	0,00
44563	Via ligação aldeia/Malpique – Estrada Nova Hortas	142.478,09
44564	Pista de atletismo em Constância	25.059,46
	TOTAL	9.8863.757,82

O valor registado em imobilizações em curso corresponde ao valor constante em balanço, mas como já foi referido, contém diversas obras que se encontram concluídas e que importa transferir para o imobilizado firme de modo a não afetar o valor real das amortizações.

8.2.13 – Relação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos.

Não existem bens em regime de locação.

8.2.14 – Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar e/ou inserir, com indicação das razões dessa impossibilidade.

Contas	Designação	Justificação
	EDIFÍCIOS	
4221	Edificações para Serviços Natureza Cultural	
4221	Posto de Turismo de Constância	Falta doc.º que titule a posse
4221	Outros Edifícios para o Sector dos Serviços	
4221	Sanitários Púb. Constância -R. Marquês Pombal	Falta doc.º que titule a posse
4221	Sanitários Públicos em Portela - Rua FSRP	Falta doc.º que titule a posse
4221	Sanitários Públicos em Malpique	Falta doc.º que titule a posse
4221	Edifício na Rua da Barca (Talho Municipal)	Falta doc.º que titule a posse
4221	Edifício em Preanes (Oficina Automóveis)	Falta doc.º que titule a posse
4221	Bar Esplanada do Tejo	Falta doc.º que titule a posse
4221	Torre do Relógio	Falta doc.º que titule a posse
	OUTRAS CONSTRUÇÕES	
4222	Cemitérios	
4222	Cemitério de Constância	Falta doc.º que titule a posse
4222	Outras Construções	
	EDIFÍCIOS	
4222	Lavadouro Público em Pereira	Falta doc.º que titule posse do terreno
4222	Lavadouro Público em Portela	Falta doc.º que titule posse do terreno
4222	Lavadouro Público em Vale de Mestre	Falta doc.º que titule posse do terreno
4222	Lavadouro Público em Montalvo	Falta doc.º que titule posse do terreno
4222	ETAR em Vale de Mestre	Falta doc.º que titule poss.e do terreno
4222	ETAR em Aldeia (Junto à EM 592)	Falta doc.º que titule posse do terreno
4222	ETAR em Malpique (Junto Escola Primária)	Falta doc.º que titule posse do terreno
4222	ETAR em Montalvo	Falta doc.º que titule posse do terreno
4221	Imóveis c/ finalidade Sócio-Cult.: Bibliotecas	
4221	Imóveis c/ finalidade Sócio-Cultural: Teatros	
4221	Cine-Teatro Municipal de Constância	Falta doc.º que titule a posse
4222	Poços e Reservatórios	
4222	Reservatório em Montalvo (Rua do Cabeço)	Falta doc.º que titule posse do terreno
4222	Reservatório em Portela (Enxertal)	Falta doc.º que titule posse do terreno
4222	Reservatório em Constância (Santa Bárbara)	Falta doc.º que titule posse do terreno

4221	Biblioteca Municipal Alexandre O'Neil	Foi regularizado e valorizado por 451.990 €
------	---------------------------------------	---

8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objecto de amortização e indicação das respectivas razões.

Os bens do domínio público encontram-se parcialmente registados, e sujeitos às taxas de amortização previstas no CIBE, não sendo, por isso, amortizáveis apenas os terrenos do domínio público subjacentes aos arruamentos, estrutura viária e espaços verdes públicos.

8.2.16 – Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício

Os elementos referidos neste ponto constam nos documentos de suporte, nomeadamente no “Mapa das Participações Financeiras” .

Foi incluído o novo mapa da resolução 26/2013 do TC.

8.12.17 – Relativamente aos elementos incluídos nas contas “Títulos negociáveis” e “Outras aplicações de tesouraria”, indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores de balanço

O município possui um depósito a prazo contabilizado na conta 185 – Outras Aplicações de Tesouraria – Santander Totta.

8.12.18 – Discriminação da conta “Outras aplicações financeiras”, com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.

Não aplicável.

8.12.19 – Indicação global, por categoria de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos, e as quantias correspondentes aos respectivos preços de mercado.

Não aplicável.

8.2.20 – Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou mercado.

Não aplicável.

8.2.21 – Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não aplicável

8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívida de terceiros constantes do balanço.

Foram contabilizados na conta 218 parte das dívidas à autarquia cujo prazo de pagamento voluntário terminou. O seu montante transferido para a conta 218 ascende a € 14.087,94.

Foram constituídas provisões em conformidade com as regras definidas no POCAL, no valor de € 14.079,54.

Ressalva-se o facto de nem todos os valores em dívida na conta 21 terem sido aferidos na sua passagem a cobrança duvidosa, influenciando o valor da 218 e da respetiva provisão.

8.2.23 – Valor global das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia

Não aplicável.

8.2.24 – Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem

Não aplicável.

8.2.25 – Discriminação das dívidas incluídas na conta “Estado e outros entes públicos” em situação de mora

Não existem dívidas em mora ao Estado.

8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos de cobrança de acordo com o mapa “Contas de ordem”

Os elementos referidos neste ponto constam nos documentos de suporte, nomeadamente no “Mapas das Contas de Ordem”, o qual reflete a plenitude das garantias a favor do município. Não se encontra refletido em contas de ordem o valor que se mantém em operações de tesouraria reativo a cauções sobre empreitadas e que deveriam ter sido efetuados transferidos para depósitos em contas de ordem retirando os respetivos valores do balanço e que ascendem a 82.402,13 €

8.2.27 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício

Os elementos referidos neste ponto constam nos documentos de suporte, nomeadamente no “Mapa Amortizações e Provisões”.

8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 “Fundo patrimonial”, constantes do balanço

Os movimentos a crédito ocorridos na conta 51 – Património referem-se a acréscimos ao inventário de bens imóveis municipais.

- Biblioteca 451.990 €
- Contadores 507,64 €
- SIC 5.721,12 €

A conta 55 foi movimentada pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial ao Capital na Tagusgás no valor de 1.366,01 €

A conta 5912 foi movimentada pela transição do resultado de 2012.

8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas			
			Ano:
(designação da autarquia local)			2013
	Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de
	Existências Iniciais	118.282,59	91.718,15
	Compras	159.141,93	129.583,37
	Regularizações de Existências	0	-1.155,21
	Existências Finais	109.642,02	82.817,31
	Custos no Exercício	167.782,50	137.329,00

Os valores constantes na contabilidade correspondem aos valores por conta constantes na aplicação de gestão de armazéns. Contudo assinalamos que existem 55 artigos relativos a matérias primas e subsidiárias que não se encontram classificados na classe 3 3 cujo valor ascende a 2.563,26 €, cuja regularização ocorrerá em 2014.

8.2.30 – Demonstração da variação da produção

Não aplicável.

8.2.31 – Demonstração dos resultados financeiros

Os resultados financeiros apresentam um resultado positivo de € 161.804,74.

Os juros suportados ascenderam a € 65.768,72, enquanto os juros obtidos atingiram 85,90 €.

Os rendimentos de imóveis registaram o valor de € 227.502,56.

8.2.32 – Demonstração dos resultados extraordinários

Os resultados extraordinários apresentam um resultado negativo de € -15.079,10.

Do lado dos custos o valor mais significativo correspondem a abates de bens do imobilizado que não se encontravam integralmente amortizados, bem como de correções a exercícios anteriores.

Do lado dos proveitos o valor concentra-se quase exclusivamente na especialização dos financiamentos ao investimento. Contudo, conforme já referido este valor encontra-se subestimado, sem que seja possível no presente relatório quantificar esse valor.

8.3 – NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO

8.3.1 - Modificações do orçamento

Descrito no Relatório de Gestão.

8.3.2 - Modificações ao plano plurianual de investimentos

Descrito no Relatório de Gestão.

8.3.3 - Contratação administrativa

O referido mapa faz parte integrante da conta.

8.3.4 - Transferências e subsídios

As transferências e subsídios, correntes e de capital, recebidas e pagas, encontram-se devidamente preenchidas nos respectivos mapas, com identificação da respectiva disposição legal, entidade beneficiária ou financiadora, finalidade e montante.

8.3.5 - Aplicações em activos de rendimento fixo e variável

Curto prazo – Não aplicável

8.3.6 - Endividamento e endividamento líquido

O mapa de empréstimos a médio e longo prazo faz parte integrante dos documentos da conta. A dívida de empréstimos passou de 4.001.091,11 €€ para 3.591.866,73 €, dos quais se encontram excecionados no final do exercício 1.545.930,64 €. De acordo com os limites publicados pela DGAL em cumprimento do artigo do artigo 98º da LOE o limite de endividamento do município era de 3.701.154,00 €, resultando uma margem de endividamento de 1.655.218,24 €.



A Lei do Orçamento de Estado para 2013 manteve a suspensão da Lei de Finanças Locais quanto aos limites de endividamento líquido já que estabeleceu no artigo 98º os limites do endividamento líquido e do endividamento para o ano de 2013. O caso de Constância esse valor ficou estabelecido em 2.258.572 €

O quadro que se segue apresenta os valores e a evolução do endividamento líquido do município ocorrida ao longo de 2013, deixando clara as margens do município.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO ARTº 98º DEI DO ORÇAMETNO DE ESTADO 2013				
Saldos Iniciais	Ano:	2013	Dezembro	2013
Conta	Saldo Débito	Saldo Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
11	1.992,75 €	- €	3.522,08 €	- €
12	455.517,34 €	- €	462.041,10 €	- €
18	4.533,50 €	- €	4.533,50 €	- €
211	20.616,79 €	- €	42.204,83 €	- €
212	14.746,93 €	- €	241,43 €	- €
213	2.290,96 €	- €	39.813,40 €	- €
217	- €	11.087,82 €	- €	11.087,82 €
218	12.793,37 €	- €	14.087,94 €	- €
221	- €	118.198,62 €	- €	93.960,93 €
23121001	- €	143.997,96 €	- €	118.664,46 €
23121002	- €	39.460,47 €	- €	33.092,31 €
23121003	- €	85.867,59 €	- €	72.913,70 €
23121004	- €	181.417,25 €	- €	154.048,83 €
23121005	- €	29.456,31 €	- €	25.174,16 €
23121006	- €	224.970,09 €	- €	195.402,73 €
23121007	- €	109.535,59 €	- €	97.531,10 €
23121008	- €	322.515,41 €	- €	286.084,42 €
23121009	- €	461.928,29 €	- €	435.901,61 €
23121010	- €	300.000,00 €	E - €	300.000,00 €
23121011	- €	140.000,00 €	- €	140.000,00 €
2312112009	- €	326.960,52 €	E - €	308.542,76 €
231216	- €	51.226,84 €	E - €	46.574,11 €
231217	- €	16.626,59 €	- €	3.325,31 €
231218	- €	53.594,00 €	E - €	47.549,38 €
231219	- €	435.271,24 €	- €	382.048,71 €
231220	- €	14.033,59 €	E - €	8.929,09 €
231221	- €	57.586,15 €	E - €	51.187,42 €
231222	- €	128.503,56 €	E - €	114.225,24 €
231223	- €	130.249,19 €	E - €	116.067,97 €
231224	- €	40.355,53 €	E - €	36.107,58 €
231225	- €	43.362,05 €	E - €	38.797,63 €
231226	- €	288.178,95 €	E - €	260.559,19 €
231227	- €	269.950,01 €	E - €	217.390,27 €
231230	- €	106.043,93 €	- €	101.748,75 €
242	- €	10.609,53 €	- €	14.233,62 €
243	673,81 €	- €	- €	3.051,26 €
245	- €	13.085,75 €	- €	14.117,42 €
249	- €	734,80 €	- €	61,19 €
2611	- €	67.444,53 €	- €	616,97 €
262	- €	164,09 €	- €	105,90 €
263	- €	149,94 €	- €	135,28 €
265			- €	185,04 €

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO ARTº 98º DEI DO ORÇAMETNO DE ESTADO 2013				
26601			- €	262,72 €
26801	- €	17.350,24 €	- €	17.736,04 €
2682	261.920,70 €	- €	124.616,01 €	- €
2685	- €	84.152,13 €	- €	75.976,71 €
2686	- €	18,48 €	- €	18,48 €
2688			2.627,19 €	- €
2689	8.876,36 €	- €	- €	600,00 €
271			56.014,05 €	- €
272	27.682,14 €	- €	34.200,26 €	- €
273	- €	347.035,24 €	- €	309.862,57 €
411	19.127,69 €	- €	52.493,70 €	- €
ATIVO	830.772,34 €		836.395,49 €	
PASSIVO		4.671.122,28 €		4.133.878,68 €
PASSIVO - ATIVO		3.840.349,94 €		3.297.483,19 €
EXCECIONADOS		1.704.000,39 €		1.545.930,64 €
ENDIVID LÍQUIDO		2.136.349,55 €		1.751.552,55 €
LIMITE ARTº 98º		2.258.572,00 €		2.258.572,00 €
MARGEM		122.222,45 €		507.019,45 €

Por outro lado, a nova Lei de Finanças Locais veio a extinguir o conceito de endividamento líquido e a definir novas regras para o endividamento para o ano de 2014.

Os quadros que se seguem apresentam estes valores, embora quanto aos limites de endividamento para 2014 os valores apresentados sejam provisórios na medida em que faltam elementos de várias entidades.

DÍVIDA TOTAL (ORÇAMENTAL) ARTIGO 52º e 54º LEI 73/2013				
	2011	2012	2013	Média
RECEITA CORRENTE	4.208.385,45 €	3.877.163,71 €	4.531.953,65 €	4.205.834,27 €
Limite de Dívida Orçamental				6.308.751,41 €
Dívida Total				3.824.016,11 €
Dívida de Operações de Tesouraria				133.901,74 €
DÍVIDA TOTAL DO MUNICÍPIO				3.690.114,37 €
RELAÇÃO DÍVIDA / MÉDIA DA RECEITA CORRENTE - CUMPRE SE INFERIORA A 1,5				0,88

Da aplicação da LFL que entrou em vigor no passado dia 1 de janeiro resulta que o encerramento da conta de 2013 permitirá ao município apresentar um indicador de 0,88 em função do definido no artigo 52º da Lei 73/2013. Quer isto dizer que Constância terá em 2014 uma margem de endividamento de 2,618 milhões de euros dos quais pode utilizar 523 mil euros. No entanto há que ter em consideração que esta capacidade se centrará quase exclusivamente no endividamento de médio e longo prazo na medida em que o município não tem pagamentos em atraso.

Pagamentos em Atraso

A publicação da Lei 8/2012, veio impor novas regras quanto à assunção de compromissos que passaram a ter por base o cálculo de fundos disponíveis previsíveis para um período temporal de 90 dias, ficando as regras do seu cálculo sujeitas à existência e evolução dos pagamentos em atraso.

Ora, em maio de 2011 (primeiro reporte dos pagamentos em atraso o município apresentou um valor de 9.689,50 € de pagamentos em atraso e desde fevereiro de 2012 que não tem pagamentos em atraso.

Não tendo o município pagamentos em atraso e perante a redução de 409.224 € do endividamento considera-se que o município não tinha que aplicar o excedente do IMI em aplicações financeiras junto do IGCP.

Importa finalmente analisar e prestar a informação sobre a avaliação Fundos Disponíveis.

Face ao determinado no artigo 19º do decreto-lei 127/2012, o município estava dispensado de entregar o mapa de fundos disponíveis na aplicação do SIIAL. Contudo esta dispensa não libertava o município da exigência de apresentar fundos disponíveis em todos os momentos da assunção de novos compromissos.

O quadro de fundos disponíveis para cada um dos meses de 2013 foi o que se segue

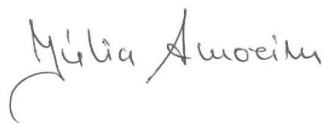
<u>jan</u>	<u>fev</u>	<u>mar</u>	<u>abr</u>	<u>mai</u>	<u>jun</u>
1.133.558,17 €	947.673,06 €	845.076,07 €	546.006,71 €	344.748,13 €	375.379,36 €
<u>jul</u>	<u>ago</u>	<u>set</u>	<u>out</u>	<u>nov</u>	<u>dez</u>
417.523,70 €	390.676,35 €	268.330,97 €	345.297,45 €	824.539,30 €	1.084.280,09 €

Aplicação de Resultados

O exercício apresenta m resultado líquido positivo de 211.251,45 €. Nos termos no definido legalmente propõe-se que sejam reforçadas as reservas legais em 10.526,57 € e o restante seja transferido para resultados transitados.

Constância, 16 de abril de 2014

A presidente da Câmara,



Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim